

INFORMATIVO DA REUNIÃO COM O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MDIC

Às 16 horas do dia 17/12/2024 ocorreu uma reunião agendada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços em resposta à Carta AFINPI nº 75/2024, que trata de questionamentos sobre decisão da administração do INPI externada aos servidores das Unidades Regionais de descontinuar essas unidades e criar 5 superintendências, uma em cada região do país. Participaram desta reunião, pelo MDIC, o Secretário-Executivo Márcio Elias Rosa, a Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva Substituta Juliana Volpi, a Assessora da Secretaria-Executiva, Suiane Fernandes, a Diretora do Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade, Juliana Ghizzi, e pela AFINPI a vice-presidente Sandra Duboc e a diretora financeira Suzana Borba Cruz.

Logo no início da reunião o secretário executivo quis saber detalhes sobre a carta 75/24 e após da explicação das dirigentes da AFINPI ele demonstrou não ter conhecimento desta proposta do INPI, que aparentemente nunca teria sido tratada com o Ministério. As demais participantes do também demonstraram não ter conhecimento dessa ação proposta pelo INPI.

A representação dos servidores apresentou e discutiu os dados de um estudo demonstrativo e histórico das regionais, desde a criação das então denominadas delegacias, que surgiram logo após a criação do INPI. Este estudo, baseado em dados obtidos das páginas do INPI, contém dados, tais como atividades desempenhadas ano a ano e ações de disseminação e de articulação, ações de mentoria, bem como custos de cada uma dessas Unidades Regionais. Este estudo demonstra claramente que a política em relação à disseminação e ações de articulação e mentoria cresceram até o Governo Dilma e foram gradualmente reduzidas a partir de 2017. Essa proposta vem reduzir ainda mais as ações das Unidades Regionais.

A AFINPI deixou bem claras as implicações decorrentes dessa proposta da administração do INPI para as Unidades Regionais no que se refere ao prejuízo de importantes atividades desempenhadas por essas unidades nos estados. A Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual e o próprio Plano de Ação do INPI abordam a necessidade de divulgação e disseminação de conhecimentos de propriedade industrial pelo país de forma a investir no uso da propriedade industrial como ferramenta de desenvolvimento do país. Neste sentido, a proposta do INPI parece estar na contramão da ENPI e do Plano de Ação do INPI.

A AFINPI também falou sobre os impactos dessa proposta nos servidores atualmente lotados nas regionais bem como sobre seus familiares. A AFINPI deixou bem claro que não houve qualquer discussão interna sobre essa proposta. Nem mesmo os servidores lotados nas Regionais foram ouvidos. Além disso, aparentemente não existem propostas em relação ao destino desses servidores.

Após essa exposição o secretário executivo afirmou que em janeiro irá marcar uma reunião do Ministério com o INPI para tratar desse assunto e que daria retorno à AFINPI.

Todos os documentos que a AFINPI levou foram repassados, a pedido do Secretário Executivo, para a Diretora do Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade, Juliana Ghizzi Pires.

Em seguida a AFINPI passou a tratar da Carta AFINPI nº 77/24, que solicita uma agenda de reuniões para tratar dos assuntos de pauta que são afetos ao MDIC.

Também foi comentado o documento DIAGNÓSTICO DOS REFLEXOS DOS ÚLTIMOS GOVERNOS NO INPI, entregue ao Ministro Alckmin logo após sua posse.

Em relação aos pontos de pauta apresentados, o secretário afirmou que vai viabilizar a realização de reuniões marcadas com a devida antecedência para viabilizar a participação da associação e que irão entrar em contato conosco.

Também foi tratado o assunto do cadastro de reserva dos concursados e em relação a isso o secretário executivo esclareceu que o ministro assinou um ofício sobre esse assunto, que teria sido encaminhado ao MGI.

Em anexo: Carta AFINPI 75/24 de 06/11/2024

Carta AFINPI 77/24 de 16/12/2024